

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
AEJ	Luiz Carlos Picicione
ASSEMAE	Marco Antônio dos Santos
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
BIOSS	Sidney José da Rosa
CETESB	José Ferreira Assis
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
CODEN	Ricardo Ongaro
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
CREA/MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	Thiago Figueiredo Santana
	Maria de Lourdes Amaral Nascimento
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IPÊ	Andrea Pupo Bartazini
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteadó
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Bragança Paulista	Jesus Adib Abi Chedid p/ Nadia Zacharczuk
P.M. de Cabreúva	Henrique Martin (p/ Andrea Manami Yoshikawa)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini
P.M. de Camanducaia	Ariane Cristine da Silva
P.M. de Capivari	José Luiz Cabral
P.M. de Dois Córregos	Jefferson Cesar Padrin filho
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Ipeúna	José Antonio de Campos p/ Márcio Antonio Gomes Ramos
	Márcio Antonio Gomes Ramos
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Limeira	Paulo Trigo Ferreira
P.M. de Itapeva	Gabriel Augusto Campos
P.M. de Itirapina	Alípio Marques Júnior
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Nova Odessa	Ricardo Ongaro
P.M. de Piracaia	Hélio Fernando Peçanha Varela
P.M. de Rio Claro	Ricardo Pires de Oliveira
P.M. de Saltinho	Ariella Machado de Oliveira Montebello
P.M. de Salto	José Ricardo Meirelles de Siqueira
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
P.M. de Tuiuti	Pâmela Yurika Nishizaki
SAA	Denís Herisson da Silva

Secretaria de Desenvolvimento Agrário	Maria Cristina Souza Santos
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Luiz Roberto Moretti
Secretária de Logística e Transportes	Augusto Olavo Leite
SNSH/MDR	Celina Xavier Mendonça
	Roseli Santos Souza
SindiEnergia	Vanessa Gonçalves Ramos
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
Sindicato Rural de Salto	José Ricardo Meirelles de Siqueira
UNICA	André Elia Neto

<i>Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
Secretaria de Des. Regional	Gabriel Chamma Júnior
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin

Aos trinta e um dias do mês de agosto de 2020, por meio de videoconferência, foi realizada a 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 125 (cento e vinte cinco) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários – Presentes” apresentada acima, e público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 20/08/2020. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Marco Antonio dos Santos, presidente em exercício do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou e desejou um excelente trabalho a todos. Na sequência, o Sr. Luiz Roberto Moretti, secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião e sobre a mudança da plataforma de videoconferência utilizada, que proporciona melhores condições de segurança, conforme análise da equipe técnica. Informou, também, que visando ampliar alcance e transparência, a reunião seria transmitida via *YouTube* para o público em geral. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Douglas Brunelli, Analista Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ, que informou sobre as normas para a realização da reunião por

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

videoconferência e que a mesma seria gravada para posterior confecção da ata. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Damião Aparecido do Couto, presidente em exercício do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ1), que cumprimentou a todos e desejou um bom trabalho. Na sequência, o Sr. Moretti submeteu para a apreciação dos membros a pauta da reunião, encaminhada junto à convocação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **2. Informes. 2.1. da Diretoria dos Comitês PCJ.** O Sr. Moretti informou que: **a)** a Lei (SP) nº 17.263, de 30/04/2020, que autoriza repasse de saldos não aplicados em 2019 de fundos do Estado de São Paulo para o Tesouro Estadual para combate à pandemia, foi regulamentada pelo Decreto (SP) nº 65.051, editado em 07/07/2020. O valor transferido do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para o Tesouro do Estado foi de R\$ 23.634.018,00 (vinte e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e dezoito reais). Quanto ao montante que seria destinado ao CBH-PCJ, houve um abatimento de R\$ 586.679,01 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e um centavo), que foram renegociados junto aos tomadores de recursos indicados pela Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 117/2020, de 03/07/2020, sendo possível manter os empreendimentos indicados para financiamento no exercício de 2020; **b)** O Sr. Moretti informou que o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e do Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), assinou, em 05/08/2020, em Amparo/SP, a ordem de serviço (OS) para a construção da barragem de Duas Pontes, no Rio Camanducaia. O investimento para a implantação do reservatório será de R\$ 271 milhões (duzentos e setenta e um milhões de reais), sendo R\$ 196 milhões (cento e noventa e seis milhões de reais) em obras e R\$ 75 milhões (setenta e cinco milhões de reais) na desapropriação da área. O reservatório contará com capacidade de acumulação de 53,4 milhões de metros cúbicos, possibilitando uma vazão regularizada de 8,7 m³/s (oito mil e setecentos litros por segundo); **c)** Na sequência, o Sr. Moretti fez informe sobre os eventos realizados pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), os quais contaram com a participação de coordenadores de Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ. Em 02/06, a Sr^a. Ana Lucia Floriano, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), participou do evento “Educação Ambiental para combater crises”; em 04/06, o Sr. Paulo Tinel, coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), participou do evento “A importância das agências de bacias para os comitês”; em 10/06, o Sr. Alexandre Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), participou do evento “Disponibilidade de água nas Bacias PCJ”; e, em 19/06, o secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), Sr. André Luiz Sanchez Navarro, participou do evento “Qualidade da água nas Bacias PCJ”; **d)** Em seguida, o Sr. Moretti informou que foi realizado, em 14/07, o *webinar* “Ocorrência de Nitrato em Aquíferos

do Centro-Oeste Paulista”, organizado pelo Instituto Geológico (IG/SIMA) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São Paulo, para a apresentação dos resultados do projeto de pesquisa intitulado “Delimitação das Zonas Potenciais à Contaminação por Nitrato nas Águas Subterrâneas dos Sistemas Aquíferos Bauru e Guarani, no Estado de São Paulo”. O estudo, financiado pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), abrangeu as áreas urbanas de 304 (trezentos e quatro) municípios paulistas, distribuídos nas áreas de atuação de 15 (quinze) comitês de bacias hidrográficas; **e)** Informou, também, sobre a ferramenta disponibilizada pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), denominada “Chuva Agora”, que faz parte do Sistema Integrado de Bacias Hidrográficas (SIBH), que possibilita a obtenção de informações sobre a ocorrência de precipitações por meio de cerca de mil postos de telemetria distribuídos por todo o Estado de São Paulo. O acesso à ferramenta pode ser realizado tanto por computadores como por dispositivos móveis; **f)** O Sr. Moretti informou sobre a abertura das inscrições para o Programa Capacita SGRH (Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos) que disponibilizará, inicialmente, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), os seguintes cursos: “Ciclo de Saneamento: Tratamento de Águas e Efluentes”, e “Geoprocessamento como Ferramenta para Planejamento e Gestão Ambiental”, sendo 20 (vinte) vagas por curso, das quais 15 (quinze) serão disponibilizadas para os comitês de bacias hidrográficas (CBH), sendo 1 (uma) vaga por CBH. A divulgação dos cursos foi encaminhada para as coordenações das Câmaras Técnicas, sendo uma pessoa inscrita em cada um deles. O Sr. Moretti informou que está prevista a abertura de novos cursos ainda para o ano de 2020; **g)** Informou, também, sobre as alterações realizadas na Nota Técnica nº 01/2020, referente à realização de reuniões e eventos não presenciais no âmbito dos Comitês PCJ. A versão 02 foi publicada em 28/08/2020 e está disponível tanto no sítio eletrônico dos Comitês PCJ como no da Agência das Bacias PCJ. A nova versão estabelece a utilização da plataforma *Microsoft Teams* para as reuniões da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) e dos Plenários dos Comitês PCJ, com possibilidade de transmissão via *YouTube*. Para as reuniões das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho continuará a ser utilizada a plataforma *Google Meet*; **h)** O Sr. Moretti, por fim, informou que as convocações das próximas reuniões plenárias dos Comitês PCJ serão enviadas apenas em via digital através dos *e-mails* registrados no cadastro da Secretaria Executiva, cujas autorizações para recebimento de mensagens foram coletadas ao longo do ano de 2019. **145** Pediu que, caso algum membro necessite de alteração no *e-mail* registrado, solicite a atualização junto à Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência das Bacias PCJ. Informou que tal medida teve como objetivo a redução de custos e conferir maior agilidade à convocação. **2.2. Informes da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

- a todos e passou aos informes da Agência das Bacias PCJ.
- 155 a) O Sr. Sergio agradeceu ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e ao Sr. Marco Antonio dos Santos pela defesa junto ao CNRH da prorrogação do prazo da delegação à Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá das
- 160 funções de Agência de Água nas Bacias PCJ até 31 de dezembro de 2035. Em dezembro de 2019, os Comitês PCJ, por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 104/2019, aprovaram a indicação da Agência das Bacias PCJ para desempenhar, transitariamente, funções de
- 165 Agência de Água como entidade delegatária vinculada a PCJ FEDERAL. A indicação foi encaminhada ao CNRH para análise e trâmites internos e, em 2020, o CNRH encaminhou a indicação dos Comitês PCJ para análises de suas Câmaras Técnicas de Outorga e Cobrança (CTOC) e
- 170 de Assuntos Legais (CTAL). Em ambas as câmaras técnicas a indicação realizada foi analisada e aprovada por unanimidade. Em 25/08, o plenário do CNRH avaliou a matéria, aprovando-a, também, por unanimidade; b) Informou, também, sobre as tratativas em curso para a celebração do novo contrato de gestão com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para o período 2021 a 2025, uma vez que a vigência do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/ANA/2011
- 175 celebrado entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ se encerra em 31/12/2020. Assim, está em elaboração a minuta do novo contrato de gestão e a minuta do programa de trabalho, com indicadores e metas a serem atendidos pela entidade delegatária para o período 2021-2025. O processo de discussão e de elaboração das minutas está sendo acompanhado pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG-PCJ) e deve ser concluído nos próximos meses. O Sr. Sergio informou, também, que a ANA está buscando a padronização dos contratos de gestão no país; c) Informou, também, sobre a campanha que os colaboradores da Agência das Bacias PCJ, por meio da Comissão da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), programaram para setembro, simbolicamente comemorado como mês da árvore, para a publicação de vídeos e fotos sobre o tema, convidando os interessados a gravarem vídeos de até 1 (um) minuto apresentando uma árvore que tenha sido importante em algum momento de sua vida e a publicarem-no em suas redes sociais com a inscrição #setembromesdaarvorepcj; d) Na sequência, o Sr. Sergio passou a palavra ao Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que em relação à possibilidade da não cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União em 2020, foi constituído, no âmbito do CNRH, em julho, um grupo para avaliar alternativas para o custeio administrativo das entidades delegatárias em caso da efetivação da suspensão da cobrança federal para o exercício 2020, visando o encaminhamento de proposta ao Departamento Jurídico do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR). O Sr.
- 200 Ivens ressaltou que, até o momento, não há definição sobre o tema, e que a emissão de boletos da cobrança federal 2020 ocorreu normalmente, com vencimento do 1º lote em 31/08/2020; e) O Sr. Ivens informou, também, que foi iniciada a elaboração do Plano de Aplicação Plurianual
- 215 (PAP) das Bacias PCJ para o período 2021-2025, equiparando-se seu período de vigência com o horizonte de tempo do contrato de gestão das entidades delegatárias com a ANA. Informou que, por iniciativa da equipe de auditoria e planejamento da ANA, houve a constituição de um grupo com a participação da ANA, Agência das Bacias PCJ e Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), com o objetivo de buscar uma padronização para os planos de aplicação plurianual, buscando a definição de eixos temáticos, programas e ações padronizadas em uma única planilha a ser utilizada por todos os comitês de bacias e entidades delegatárias, podendo dessa forma verificar os investimentos que estão sendo realizados em cada instrumento de gestão e nos principais programas. A
- 220 proposta envolve também a criação do Plano Orçamentário Anual (POA), que definirá as ações elencadas no PAP para cada ano; f) Na sequência, a Srª. Patricia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Agência das Bacias PCJ, cumprimentou a todos e informou sobre a assinatura de contratos no âmbito da Política de Mananciais dos Comitês PCJ referentes aos editais de 2018 e de 2019. Comunicou que, entre os dias doze e quatorze de agosto, foram assinados 5 (cinco) contratos referentes ao Programa II da Política. Os contratos assinados e os recursos financeiros repassados são: (i) Prefeitura Municipal de Jaguariúna/SP (Unidade Coordenadora de Execução – UCE), com repasse de R\$ 144.250,00 (cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), sem contrapartida; (ii) Prefeitura Municipal de Jundiá/SP (Unidade Coordenadora de Execução – UCE – e Incentivo Econômico – IE, referente ao PSA aos produtores rurais), com repasse de R\$ 183.926,32 (cento e oitenta e três mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos), com a contrapartida de R\$ 45.087,93 (quarenta e cinco mil, oitenta e sete reais e noventa e três centavos); (iii) Prefeitura Municipal de Limeira/SP (Incentivo Econômico referente ao PSA aos produtores rurais), com repasse de R\$ 44.933,75 (quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), e contrapartida de R\$ 38.751,69 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos); (iv) Prefeitura Municipal de Piracéia/SP (Incentivo Econômico referente ao PSA aos produtores rurais), com repasse de R\$ 74.571,06 (setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e seis centavos), e contrapartida de mesmo valor; (v) Prefeitura Municipal de Piracicaba/SP (projetos de restauração florestal), com repasse de R\$ 636.531,74 (seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos), sem contrapartida. Os recursos financeiros são oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal constantes do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2017-2020), totalizando valor de repasse de R\$ 1.084.212,55 (um milhão, oitenta e quatro mil, duzentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos). O valor de contrapartida totaliza R\$ 158.410,68 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e oito centavos). O valor global dos investimentos (valores de repasse somados os valores de contrapartida) totaliza R\$ 1.242.623,23 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte e três
- 230
- 235
- 240
- 245
- 250
- 255
- 260
- 265
- 270
- 275

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

centavos). Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Marco Antonio dos Santos, presidente em exercício do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que manifestou, em relação à aprovação da manutenção da Agência das Bacias PCJ como entidade delegatária das funções de Agência de Água nas Bacias PCJ, que a atuação da entidade é de grande destaque, com diversos ganhos para a região, enumerando alguns deles e destacando que em todas as avaliações realizadas pela ANA, a nota dada à Agência das Bacias PCJ, com escala de 0 a 10 (zero a dez), nunca foi inferior a 9,5 (nove inteiros e cinco décimos); **2.3. Informes dos Membros dos Plenários.** O Sr. Moretti abriu a palavra aos membros do plenário para a apresentação de informes: **a)** o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), informou que a rede telemétrica dos Comitês PCJ atingiu neste mês a marca de 600.000 (seiscentos mil) acessos nos últimos 12 (doze) meses e que, com a aprovação da delegação das funções de Agência de Água nas Bacias PCJ à Fundação Agência das Bacias PCJ por mais 15 (quinze) anos, aumenta-se a segurança para que a rede telemétrica mantenha seu bom funcionamento. Informou, também, que a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) se encontra na metade do quarto ciclo de gestão do Sistema Cantareira, restando ainda aproximadamente 90 (noventa) dias de gerenciamento pelos Comitês PCJ, por meio da CT-MH, das descargas do Sistema Cantareira para o período seco, compreendido entre o início de junho e o final de novembro. Até o momento, foram realizadas 35 (trinta e cinco) operações de aumento e redução da vazão e utilizados cerca de 45% (quarenta e cinco por cento) do volume disponível para as Bacia PCJ no período, conforme disposto na outorga vigente. Destacou, também, que a estiagem tem sido muito severa, especialmente em razão da elevação, durante a pandemia, do consumo de água nas cidades entre 5% (cinco) e 15% (quinze). Reforçou ser indispensável o uso racional da água durante essa retomada das atividades, uma vez que há uma perspectiva de chuvas abaixo da média para os meses de setembro, outubro e novembro de 2020; **b)** O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), parabenizou a todos pelos resultados obtidos junto ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e informou que no sítio eletrônico do Consórcio PCJ estão disponíveis informações sobre as discussões a respeito do Plano Nacional de Recursos Hídricos. Informou, também, que o Consórcio PCJ iniciou a largada brasileira para o 9º Fórum Mundial da Água, com a realização de 2 (dois) *webinars*, e que, no próximo dia 03/09, será discutido o tema da cooperação para a gestão das águas, com a participação de membros dos Comitês PCJ e do Sr. Ricardo Medeiros, Diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que vem coordenando a participação brasileira no próximo Fórum Mundial da Água, no Senegal. Por fim, informou sobre a publicação de livro sobre a participação brasileira no 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, em 2018. **3. Assuntos a deliberar.** O Sr. Moretti passou para os itens a deliberar.

3.1. Aprovação da Ata da 10ª Reunião Ordinária Conjunta, realizada em 30/06/2020, via videoconferência. O Sr. Moretti explicou se tratar de minuta da ata da última reunião plenária, a primeira realizada por meio de videoconferência, questionando os membros sobre a necessidade de sua leitura. Dispensada a leitura, abriu espaço para manifestações quanto ao seu conteúdo. Não havendo manifestações, submeteu-a à votação, sendo esta aprovada por unanimidade. **3.2. Referenda de Atos do presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL.** Ato contínuo, o Sr. Moretti lembrou que as deliberações *ad referendum* são emitidas anteriormente à apreciação dos plenários em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, devendo ser referendadas, posteriormente, pelos plenários dos Comitês PCJ. Na sequência, passou ao detalhamento das deliberações a serem referendadas: **a) Deliberação Conjunta *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 117/2020, de 03/07/2020:** O Sr. Moretti informou que a Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº 117/2020, de 03/07/2020, trata da indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em Rios de Domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ – e da compensação financeira/royalties do setor hidrelétrico, referente ao exercício de 2020, e dá outras providências. O Sr. Moretti informou que, como demanda priorizada, para a contratação com recursos da Compensação Financeira/Royalties, foi indicado 01 (um) empreendimento enquadrado no Programa de Duração Continuada (PDC) 5 (Gestão da Demanda da água - GDA), totalizando R\$ 2.891.507,28 (dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e sete reais e vinte e oito centavos), sendo R\$ 1.946.801,46 (um milhão, novecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e um reais e quarenta e seis centavos) o valor máximo oriundo dos recursos da compensação financeira/royalties e R\$ 944.705,82 (novecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinco reais e oitenta e dois centavos) em contrapartida pelo tomador. Já para contratações com recursos da Cobrança PCJ Paulista, indicou-se 01 (um) empreendimento enquadrado no PDC 3 (Melhoria e Recuperação da Qualidade da Água - MRQ), totalizando R\$ 2.065.741,24 (dois milhões, sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), sendo R\$ 1.788.513,04 (um milhão, setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e treze reais e quatro centavos) o valor máximo oriundo dos recursos da Cobrança PCJ Paulista e R\$ 277.228,20 (duzentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte e oito reais e vinte centavos) em contrapartida pelo tomador, e 08 (oito) empreendimentos enquadrados como PDC 5, totalizando R\$ 30.785.955,59 (trinta milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), sendo R\$ 25.901.960,62 (vinte e cinco milhões, novecentos e um mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e dois centavos) o valor máximo oriundo dos recursos da Cobrança PCJ Paulista e R\$ 4.883.994,97 (quatro milhões, oitocentos e oitenta e três mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos) em contrapartida pelos tomadores. Foi indicado como suplente, no aguardo de recursos financeiros, como demanda

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

priorizada, 01 (um) empreendimento enquadrado no PDC 5, que tem previsão de valor total de R\$ 8.398.705,69 (oito milhões, trezentos e noventa e oito mil, setecentos e cinco reais e sessenta e nove centavos), sendo R\$ 7.474.848,06 (sete milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e seis centavos) o valor máximo pleiteado e R\$ 923.857,63 (novecentos e vinte e três mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos) a contrapartida oferecida. Já para a modalidade de demanda espontânea, como empreendimentos suplentes, no aguardo de recursos financeiros, foram indicados 04 (quatro) empreendimentos enquadrados no PDC 3, totalizando R\$ 8.805.980,57 (oito milhões, oitocentos e cinco mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), sendo R\$ 7.057.916,35 (sete milhões, cinquenta e sete mil, novecentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos) o valor máximo pleiteado e R\$ 1.748.064,22 (um milhão, setecentos e quarenta e oito mil, sessenta e quatro reais e vinte e dois centavos) o valor oferecido em contrapartida, e 01 (um) empreendimento enquadrado no PDC 5, totalizando R\$ 2.990.221,43 (dois milhões, novecentos e noventa mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e três centavos), sendo R\$ 2.028.202,33 (dois milhões, vinte e oito mil, duzentos e dois reais e trinta e três centavos) o valor máximo pleiteado e R\$ 962.019,10 (novecentos e sessenta e dois mil, dezenove reais e dez centavos) a contrapartida oferecida; **b) Deliberação Conjunta ad referendum dos Comitês PCJ nº 118/2020, de 21/07/2020:** Na sequência, o Sr. Moretti explicou que, com a transferência de saldos não aplicados em 2019 do Fundo Estadual de Recursos Hídricos ao Tesouro do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 23.634.018,00 (vinte e três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil e dezoito reais), como informado anteriormente, e o abatimento de R\$ 586.679,01 (quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove reais e um centavo) do valor disponível para utilização em 2020 da subconta do CBH-PCJ, foi necessário estudar junto aos tomadores formas de solucionar a alteração dos valores constantes da Deliberação Ad Referendum Conjunta dos Comitês PCJ nº 117/2020, de 03/07/2020, emitida anteriormente ao Decreto (SP) nº 65.051, de 07/07/2020. Assim, foram realizadas negociações junto ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Indaiatuba/SP, que aceitou compensar o valor diminuído como contrapartida, mantendo o mesmo valor total previsto para o empreendimento, de R\$ 2.891.507,28 (dois milhões, oitocentos e noventa e um mil, quinhentos e sete reais e vinte e oito centavos). Com isso, foi publicada a Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 118/2020, de 21/07/2020, que “indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ – Cobranças PCJ e da Compensação Financeira/Royalties do setor hidroelétrico, referentes ao exercício de 2020, e dá outras providências”, revogando o disposto na Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 117/2020, de 03/07/2020. **c) Deliberação Conjunta ad referendum dos Comitês PCJ nº 119/2020, de 14/08/2020.** O Sr. Moretti informou que a Deliberação Conjunta ad referendum dos

Comitês PCJ nº 119/2020, de 14/08/2020, trata da aprovação de parecer técnico elaborado pela Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) sobre consulta quanto a procedimento em caráter experimental de alteração induzida do nível operacional do Reservatório de Salto Grande, em Americana/SP, para o manejo de macrófitas aquáticas pela CPFL Renováveis. O procedimento consiste no rebaixamento do nível do reservatório para que as macrófitas sejam eliminadas através de desidratação, após ficarem retidas nas margens da represa. O parecer é favorável ao procedimento, desde que sejam seguidas as condicionantes exigidas pelos órgãos gestores. **d) Aprovação da minuta.** Posteriormente aos esclarecimentos sobre os conteúdos das deliberações ad referendum, foi aberta a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti colocou a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 331/2020, que referenda atos do Presidente dos Comitês PCJ em votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **3.3. Apreciação da Minuta de Deliberação e aprovação do Relatório Final e do Relatório Síntese do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035.** O Sr. Moretti destacou a toda a importância do plano de bacias como instrumento orientador da gestão de recursos hídricos, e informou que o trabalho em questão foi elaborado ao longo dos últimos quatro anos, buscando o maior aperfeiçoamento possível. A seguir, passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Agência das Bacias PCJ, que informou tratar-se de um projeto detalhado e participativo, e agradeceu ao Consórcio Profill-Rhama pelo trabalho elaborado e a todos os envolvidos, destacando ser esta uma proposta consistente, estudada e amplamente debatida. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Sidnei Agra, representante do Consórcio Profill-Rhama, para a apresentação do Relatório Final e do Relatório Síntese do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035. O Sr. Sidnei informou que a apresentação está baseada nos dois produtos finais, porém, focada no Relatório Síntese, e é composta pelos seguintes tópicos: a) Contexto de elaboração e etapas da revisão do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035; b) Principais resultados do Diagnóstico; c) Principais resultados do Prognóstico; d) Principais resultados do Plano de Ações. Informou que o trabalho foi desenvolvido em quatro etapas. A Etapa Preliminar teve início em agosto de 2016 e tratou da organização e do planejamento dos trabalhos; a Etapa 1, referente a uma primeira versão revisada do plano, aprovado pelos plenários em abril de 2018, voltou-se ao atendimento para que o CBH-PCJ concluísse a revisão requisitada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH); as Etapas 2 e 3, iniciadas a partir de maio de 2018, foram voltadas à elaboração dos cinco cadernos temáticos – (i) Garantia de Suprimento Hídrico, (ii) Águas Subterrâneas, (iii) Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias, (iv) Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Composição Florestal, (v) Enquadramento dos Corpos d'Água Superficiais – e finalizadas em dezembro de 2019; e a Etapa Final, referente à consolidação dos estudos no

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

520 Relatório Final e seu Relatório Síntese. Em fevereiro de
2020, foi realizada consulta pública sobre tais documentos
finais. Destacou que, devido à pandemia e o adiamento das
reuniões, somente agora reuniram-se condições para a
apreciação do relatório final pelos plenários. Explicitou
525 que o trabalho considerou as seguintes diretrizes: a
utilização dos estudos já existentes para as Bacias PCJ; o
levantamento de dados secundários; a consistência e a
complementação dos dados secundários em visita técnica
aos municípios, de forma a buscar informações referentes
530 ao saneamento básico para inserção no Sistema de Suporte
à Decisão das Bacias PCJ (SSD-PCJ); elaboração dos
cadernos temáticos e de um caderno referente ao Plano
Diretor de Recursos Hídricos da UPGRH PJ1 (porção
mineira da Bacia PCJ), objeto de audiência pública em
535 outubro de 2019. Informou, quanto à metodologia de
estudo e análise, que foram consideradas as Bacias PCJ
como um todo, divididas em suas sete sub-bacias, sendo
estas divididas em 37 (trinta e sete) zonas e 225 (duzentas
e vinte e cinco) Áreas de Contribuição (ACs). As ACs
540 constituíram as menores áreas nas quais os dados estão
agregados e há informações disponíveis. Explicou que, em
novembro de 2016, foi realizado levantamento de campo
para um reconhecimento fisiográfico, mapeamento do uso
do solo e levantamento fotográfico. Informou que foram
545 visitados 40 (quarenta) municípios, onde se buscou
levantar informações sobre o uso da água, esgotamento
sanitário, planos e projetos, usos da água e seus conflitos.
Outros 25 (vinte e cinco) municípios foram estudados por
meio da interação com as três regionais da Companhia de
550 Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP); e
cinco através da regional da Companhia de Saneamento
Básico do Estado de Minas Gerais (COPASA). Trinta
municípios receberam formulários para outras questões
que estavam além das contribuições das companhias de
555 saneamento, sendo tal levantamento concluído em 28 de
junho de 2017. O mapeamento do uso do solo
proporcionou um efetivo ganho de informações para as
Bacias PCJ, devido à alta resolução das imagens utilizadas
e ao maior detalhamento em comparação com o realizado
560 na versão anterior do plano. Pôde-se quantificar áreas de
campo, de mata nativa, de cana-de-açúcar e regiões
urbanizadas, como as principais feições do mapa. No mapa
de Unidades de Conservação (UCs) foram mapeadas 44
(quarenta e quatro) UCs, sendo 11 (onze) de proteção
565 integral e 33 (trinta e três) de uso sustentável. O Sr. Sidnei
informou ter havido avanços importantes, também, em
relação aos estudos populacionais, como indicadores e
outros subsídios para as análises de demanda e de cargas
poluidoras, sendo destinado um capítulo a tais informações,
570 que incluem a projeção populacional e a concentração
urbana e rural em cada município, por exemplo. Elencou
alguns dos indicadores de desempenho do setor de
saneamento, levantados a partir da visita aos municípios.
Para o abastecimento de água observou-se índices médios
575 de 94% (noventa e quatro por cento) de atendimento e
índice médio de perdas de 34% (trinta e quatro por cento).
Para esgotamento sanitário, foram encontrados valores
avançados se comparados à realidade nacional, mas abaixo
dos indicadores de abastecimento de água, sendo 90%
580 (noventa por cento) para a coleta e 75% (setenta e cinco

por cento) para o tratamento dos esgotos. Em relação à
disposição de resíduos sólidos, foram observados
municípios que dispõem seus resíduos sólidos em aterros
sanitários dentro do próprio território municipal e outros
585 que os destinam para aterros sanitários em outros
municípios, havendo também os que fazem a disposição
em valas. Informou que a temática do saneamento rural
também foi abordada, tendo sido possível verificar que
grande parcela das propriedades não possui infraestrutura
590 adequada de saneamento básico. Quanto ao
enquadramento dos corpos hídricos das Bacias PCJ, foram
observadas áreas críticas relacionadas à presença, em
desacordo com o padrão das classes de qualidade,
principalmente, dos parâmetros fósforo e coliformes fecais.
595 Destacou-se, também, a presença de amônia em
desconformidade em alguns pontos. Informou que a
avaliação da qualidade da água foi realizada por ponto de
monitoramento, por parâmetro e por sub-bacia,
considerando a sazonalidade dos períodos seco e úmido na
600 evolução ano a ano para o período 2009 a 2015. Ressaltou
que foi utilizado também, no diagnóstico da qualidade das
águas, o Índice de Conformidade ao Enquadramento (ICE),
que possibilita medir o quanto a situação verificada se
distancia do enquadramento vigente. Quanto aos aspectos
605 quantitativos, calculou-se como disponibilidade hídrica
superficial, considerando a vazão $Q_{7,10}$ (menor vazão
registrada durante 7 dias num período de retorno de 10 anos)
o valor de 40,67 m³/s (quarenta mil, seiscentos e setenta
litros por segundo). Estimou-se, ainda, haver
610 disponibilidade subterrânea, nas Bacias PCJ,
correspondente a 25,1 m³/s (vinte e cinco mil e cem litros
de água por segundo). A demanda estimada para as Bacias
PCJ foi de 35,68 m³/s (trinta e cinco mil, seiscentos e
oitenta litros por segundo), assim divididos entre os
615 principais usos: 45% (quarenta e cinco por cento) para o
abastecimento público; 30,6% (trinta por cento e seis
décimos) para indústria; e 22,2% (vinte e dois por cento e
dois décimos) para irrigação. O Sr. Sidnei explicou que a
elaboração do prognóstico utilizou como base para as
620 projeções populacionais o trabalho “IPEA – Brasil 2035”,
do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, também
com horizonte temporal de 2020 a 2035. Assim, foi
possível projetar, para 2035, em cenário tendencial, um
salto na demanda, de 35m³/s (trinta e cinco metros cúbicos
625 por segundo) para aproximadamente 46 m³/s (quarenta e
seis metros cúbicos por segundo). O conjunto de
barramentos existentes e a construção dos reservatórios de
Campinas, Pedreira, Duas Pontes e Piraf auxiliarão no
atendimento a essa demanda futura. Do ponto de vista
630 qualitativo, considerando um cenário voltado à efetivação
do enquadramento, em uma primeira análise realizada,
observou-se que seriam necessárias intervenções para
melhorias de em sistemas existentes ou a implantação de
sistema de tratamento terciário, em todos os municípios, da
635 ordem de R\$ 16 bilhões (dezesesseis bilhões de reais) até
2035. Discutido esse cenário com diversos atores -
Consórcio PCJ, Agência de Bacias PCJ, Câmara Técnica
do Plano de Bacias (CT-PB), CETESB, Ministério Público
(MP) e outros interessados – entre outubro e novembro de
640 2019, acordou-se pela inviabilidade financeira e técnica da
proposta. A partir dessa discussão, foi possível a

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

construção de um cenário de referência para o planejamento, até 2035, priorizando-se o tratamento terciário em alguns municípios. Após simulações no SSD-
645 PCJ, foram definidas metas de performance para cada município e Estação de Tratamento de Esgotos (ETE). Para as áreas críticas e com prioridade para a gestão dos recursos hídricos, realizou-se uma seleção de critérios, estabelecendo-se cinco faixas de prioridade para os municípios, a partir de somas e ponderações de valores de indicadores e pesos diferenciais. No tema do enquadramento dos corpos hídricos, por exemplo, as prioridades referentes à eficiência dos sistemas de esgotamento sanitário foram especializadas em mapas
650 temáticos: coleta de esgoto sanitários; tratamento de esgotos sanitários; remoção de fósforo; remoção de nitrogênio; remoção de coliformes termotolerantes. O Sr. Sidnei apresentou, também, os mapas de prioridades para o tema Garantia de Suprimento Hídricos – referentes a estudos de áreas para mananciais alternativos, reuso da água e controle de perdas – bem como para os temas Conservação de Água, Solo e Vegetação Nativa, Recomposição Florestal e Saneamento Rural. O Plano de Ações foi estruturado em seis temas estratégicos:
660 Enquadramento dos Corpos Hídricos; Garantia de Suprimento Hídrico; Conservação e Uso do Solo e da Água no Meio Rural e Recomposição Florestal; Águas Subterrâneas; Educação Ambiental, Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias; e Gestão de Recursos Hídricos.
670 A partir da divisão inicial em temas estratégicos, as 120 (cento e vinte) ações do Plano foram alocadas em 20 (vinte) eixos temáticos, subdivididos em 47 (quarenta e sete) programas, contabilizando estimativas de investimentos de R\$ 7.620.294.213,41 (sete bilhões, seiscentos e vinte milhões, duzentos e noventa e quatro mil, duzentos e treze reais e quarenta e um centavos), nos próximos 15 (quinze) anos. Desses recursos, previu-se a destinação de 91,67% (noventa e um por cento e sessenta e sete centésimos) para o tema estratégico Enquadramento dos Corpos de Água Superficiais. Desconsiderando-se os investimentos estimados para este tema, verifica-se que os demais requerem investimentos de R\$ 635,1 milhões (seiscentos e trinta e cinco milhões e cem mil reais). Visando orientar a sua execução, foram priorizadas como de “muito alta prioridade” 39 (trinta e nove) ações, 36 (trinta e seis) ações como de “alta prioridade”, 24 (vinte e quatro) ações como de “média prioridade”, 10 (dez) ações como de “baixa prioridade” e 11 (onze) ações como de “muito baixa prioridade”. O documento é finalizado apresentando diretrizes para a aplicação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, bem como recomendações para os setores dos usuários, do poder público e da sociedade civil. Por fim, o Sr. Sidnei informou que são apresentados, também, no relatório, arranjos institucionais voltados à
695 implementação do plano, envolvendo diversos atores nos Estados de São Paulo e de Minas Gerais e no Governo Federal, bem como atores locais. Após a apresentação, o Sr. Moretti agradeceu ao Sr. Sidnei Agra e passou a palavra ao Sr. André Luiz Sanchez Navarro, coordenador da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB) e secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ, que reforçou o agradecimento a todos os envolvidos na elaboração do

Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035 e destacou a atuação da Sr^a. Adriana Iseburg, coordenadora da CT-PB entre 2015 e 2019, e do Sr. Paulo Tinel, coordenador do GT-Acompanhamento da CT-PB, e dos demais coordenadores de câmaras técnicas que desde o início dos trabalhos, em 2016, contribuíram organizando e
705 participando de diversas reuniões para discussão de assuntos relativos à elaboração do plano. Destacou, também, a atuação da equipe técnica da Agência das Bacias PCJ, em particular da Coordenação de Sistemas de Informações, que, juntamente com a equipe do Consórcio Profill-Rhama, produziu boa parte dos materiais, dialogando com os usuários e demais entes da sociedade civil, buscando consensos. Na sequência, o Sr. Moretti abriu para dúvidas e considerações dos membros. Passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação dos Amigos do Horto “Navarro de Andrade” (AAMHOR), que destacou a atuação do Sr. Harold Gordon Fowler, coordenador-adjunto da CT-PB quando do início dos trabalhos. Na sequência, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, parabenizou o Consórcio Profill-Rhama e a todos os envolvidos na elaboração do Plano, e destacou a importância de ações como o tratamento terciário a montante do reservatório de Salto Grande, em Americana/SP, a revitalização do Ribeirão
710 Quilombo e a construções dos reservatórios em Amparo/SP, Pedreira/SP e Salto/SP, visando à garantia de suprimento hídrico até 2035, ressaltando a necessidade de se manter as vazões destinadas às Bacias PCJ conforme a atual outorga do Sistema Cantareira, colocando o Consórcio PCJ à disposição para auxiliar os Comitês PCJ na articulação para implementação das ações previstas no plano de bacias. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sr^a. Laene Fonseca Vilas Boas, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e secretária-executiva adjunta do CBH-PJ1, que também agradeceu a todos os envolvidos na elaboração do plano de bacias e pela abrangência dos estudos no território do Estado de Minas Gerais. Na sequência, a Sr^a. Maria de Lourdes Amaral Nascimento, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), parabenizou a todos os envolvidos reiterando que a implementação dos planos de bacias vem sendo discutidos no âmbito IGAM, estando o órgão empenhado em garantir a implementação e o aprimoramento das ações. Informou, também, sobre o lançamento, pelo IGAM, do Programa de Aprimoramento da Elaboração e Implementação dos Planos de Recursos Hídricos (Aprimora PDRH), que busca o aprimoramento dos processos de elaboração e de implementação dos planos. Não havendo mais manifestações, o Sr. Moretti submeteu à apreciação dos membros a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, que aprova o Relatório Final e o Relatório Síntese do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período de 2020 a 2035, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. **3.4. Aprovação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/2020 de 31/08/2020 que aprova o Plano de Ação e o Programa**

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

765 **de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023.** O Sr. Moretti explicou que a elaboração do Plano de Ação e o Programa de Investimentos (PA/PI) constitui exigência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo (CRH-SP) e que, neste ano, já foi aprovada uma versão preliminar do PA/PI, por meio de deliberação *ad referendum*, baseada no conteúdo da versão disponível, naquela ocasião, do Relatório Final do Plano das Bacias PCJ. Contudo, tendo em vista que no tempo decorrido entre a publicação da deliberação *ad referendum* e a presente data foram realizados ajustes no Plano das Bacias PCJ, faz-se necessária a aprovação de nova versão do PA/PI, em consonância com a versão final do plano, ora apreciada. Explicou que, em síntese, são necessários ajustes na planilha que constitui o anexo da deliberação, os quais foram realizados com base nos valores estimados para investimentos apresentados no plano, os quais passarão a orientar a aplicação de recursos do FEHIDRO pelos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para a Sr^a. Aline Doria de Santi, analista técnica da Coordenação de Sistemas de Informação da Agência das Bacias PCJ, que explicou que o PA/PI é um instrumento que detalha os recursos financeiros do FEHIDRO a serem aplicados em um quadriênio, e que existem três deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) que dispõem sobre o instrumento: a) Deliberação CRH nº 146/2012, que contempla a relação de ações previstas para a realização no quadriênio a que se refere, bem como a estimativa dos recursos financeiros necessários para o seu desenvolvimento e suas respectivas fontes; b) Deliberação CRH nº 159/2014, que define a distribuição dos recursos financeiros do FEHIDRO e avalia o Plano de Ação e o respectivo Programa de Investimento, conjunto que deverá ser aprovado por deliberação específica do CBH; e c) Deliberação CRH nº 188/2016, que define que os investimentos relativos à receita do FEHIDRO devem estar em consonância com as prioridades estabelecidas no plano de bacia hidrográfica. O programa de investimentos deve estar em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros do FEHIDRO estimada no Plano Plurianual (PPA) do Estado de São Paulo, devendo os valores financeiros ser atualizados anualmente de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA). Reiterou a informação de já ter sido aprovada uma versão do PA/PI em março de 2020, por meio da Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 110/2020, bem como uma atualização em maio de 2020, por meio da Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 114/2020. A minuta em discussão constitui nova atualização em função de ajustes advindos da última versão do Relatório Final do plano de bacias. Destacou que, no plano, há um horizonte de planejamento de quinze anos, onde as ações foram priorizadas, havendo indicação de diferentes períodos e prazos para a execução das ações. O PA/PI é um detalhamento para os quatro anos a serem executados até 2023, que pode ser atualizado anualmente, desde que seguindo as prioridades definidas no plano de bacias. No PA/PI, estão também apontadas as fontes de recursos que financiarão cada uma das ações a serem realizadas no

825 referido quadriênio. O anexo da minuta de deliberação em pauta possui 22 (vinte e duas) ações a serem financiadas com recursos do FEHIDRO, assim considerados os recursos da cobrança paulista e os da compensação financeira paulista, totalizando R\$ 94,6 milhões (noventa e quatro milhões e seiscentos mil reais) até 2023. Foram elencadas 68 (sessenta e oito) ações a serem realizadas com recursos da cobrança federal e outras fontes, totalizando R\$ 925 milhões (novecentos e vinte e cinco milhões de reais) até 2023. A Sr^a. Aline informou, também, que a estrutura do PA/PI é um modelo padrão disponibilizado pela Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da SIMA, o qual deve ser utilizado por todos os CBHs paulistas, com vistas a permitir a avaliação, pela Coordenadoria, da aplicação, pelos CBHs, dos recursos do FEHIDRO em consonância com o previsto no plano de bacias. A Sr^a Aline reiterou, por fim, conforme já explicitado, que as informações do PA/PI devem ser atualizadas anualmente de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) do Estado de São Paulo e aprovados em deliberações específicas dos Comitês PCJ. Na sequência, o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 333/2020, de 31/08/2020, que aprova o Plano de Ação e o Programa de Investimentos para a gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ para o quadriênio 2020 a 2023, sendo aprovada por unanimidade. **3.5) Aprovação da Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/20, de 31/08/2020 que aprova calendário, regras, Edital com procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2021-2023.** O Sr. Moretti explicou a todos que, em função da necessidade de se definir prazos, normas, procedimentos e critérios para orientação ao processo de escolha dos representantes dos órgãos e entidades governamentais, dos municípios, dos usuários de recursos hídricos e das organizações civis para composição dos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, no período 2021-2023, foi elaborada minuta de deliberação contendo proposta de calendário, regras e de Edital com os procedimentos eleitorais, bem como proposta da constituição da Comissão Eleitoral referentes ao processo eleitoral 2021-2023. O Sr. Moretti informou que a presente minuta de deliberação não inclui o processo eleitoral do CBH-PJ1, que é organizado periodicamente pelo IGAM, porém ressaltou que as entidades de Minas Gerais também estão envolvidas no tema em razão de sua participação no PCJ FEDERAL. O Sr. Moretti explicou a todos de que o GT-Eleições, criado no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) em sua 78ª Reunião Ordinária, em 06/03/2020, realizou duas reuniões, em 22 e 27/07/2020, resultando os trabalhos na minuta ora apresentada. Informou, também, que dentre os procedimentos propostos consta a possibilidade, no artigo 9º, da realização das etapas do processo eleitoral de forma não presencial. Explicou que a estrutura da minuta contempla a composição da comissão eleitoral, podendo a CT-PL encaminhar indicações de participantes aos Plenários. Informou que tais indicações foram definidas na 53ª Reunião Extraordinária da CT-PL, realizada por

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

videoconferência em 07/08/2020. A composição da Comissão Eleitoral indicada pela CT-PL e complementada pelos Plenários ficou da seguinte forma: **a)** Vice-Presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, que
890 será o seu coordenador; **b)** Secretário-executivo dos Comitês PCJ; **c)** Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ; representantes do Estado de São Paulo, nos Plenários do CBH-PCJ ou do PCJ FEDERAL, sendo **d)** 1 (um) representante titular de cada setor do segmento Usuários de
895 Recursos Hídricos: (i) Setor Abastecimento Público: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); (ii) Setor Irrigação: Sindicato Rural de Rio Claro (SR Rio Claro); (iii) Setor Indústria: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP);
900 **e)** 1 (um) representante titular e 1 (um) suplente do segmento Organizações Cívicas: (i) Titular: Associação dos Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR); (ii) Suplente: Fórum das Américas; **f)** 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do
905 segmento dos Municípios escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (i) Titular: Prefeitura Municipal de Saltinho/SP; (ii) Suplente: Prefeitura Municipal de Amparo/SP; **g)** 1 (um) representante titular e 1 (um) representante suplente do segmento Órgãos de Governo
910 escolhidos dentre os membros dos Comitês PCJ: (i) Titular: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo (SAA); (ii) Suplente: Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); **h)** 1 (um) representante do Segmento Órgãos de Governo, representante dos órgãos e
915 entidades do Governo Federal, indicado pelo 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL sendo indicada a Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR); **i)** Representantes do Estado de Minas Gerais, nos Plenários do PCJ FEDERAL
920 indicados pelo CBH-PJ1: (i) Representante do segmento Usuários de Recursos Hídricos: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); (ii) Representante do segmento Organizações Cívicas: a ser indicado; (iii) Representante do segmento Municípios: Prefeitura
925 Municipal de Toledo/MG; (iv) Representante do segmento Órgãos de Governo: Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Posteriormente aos esclarecimentos sobre o conteúdo da minuta, o Sr. Moretti abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações,
930 o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 334/20, de 31/08/2020 que aprova calendário, regras, Edital com procedimentos eleitorais e constitui Comissão Eleitoral para as eleições dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), para o mandato 2021-
935 2023, sendo aprovada por unanimidade. **3.6. Aprovação da Minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 335/20, de 31/08/2020 que aprova o Guia Prático para Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água a ser divulgado aos operadores do Sistema de**
940 **Abastecimento Público de Águas localizados nas Bacias PCJ.** O Sr. Moretti informou tratar-se de um trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), iniciado em 2012, com o desenvolvimento de projetos piloto em alguns municípios, a saber, Santa
945 Bárbara d'Oeste/SP, Ipeúna/SP e Cordeirópolis/SP. A partir da execução dos projetos, verificou-se a necessidade

de ampliação do escopo. Assim, foi celebrado contrato entre a Agência das Bacias PCJ e a Fundação para o Desenvolvimento Tecnológica da Engenharia (FDTE) para
950 a elaboração de um guia prático que subsidiasse os municípios das Bacias PCJ na elaboração de seus PMSAs. Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. José Carlos Mierzwa, professor da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Centro Internacional de Referência em Reuso de Água (CIRRA), coordenador da
955 equipe responsável pela elaboração do guia. O Sr. Mierzwa informou que o guia prático tem como objetivo fornecer aos responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água, independentemente do seu porte, diretrizes gerais para a
960 elaboração, implantação, manutenção e verificação de um PSA, a fim de garantir que a água distribuída não ofereça risco à saúde pública e apresente padrões de qualidade uniformes e de acordo com as exigências da legislação vigente. Ressaltou que o Plano de Segurança da Água tem
965 como objetivo assegurar, de forma consistente, a segurança e a aceitação da água destinada ao abastecimento público. Destacou que o guia apresenta como se fazer a estruturação de um PSA, com vistas a garantir a segurança do sistema de abastecimento de água (SAA), por meio do uso de uma
970 metodologia integrada de avaliação e de gestão de riscos. Essa estrutura deriva do processo de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), estabelecido na indústria alimentícia, que possui sequência de avaliação de pontos críticos de controle. Tal sequência passa pela
975 formação da equipe, o estabelecimento de responsabilidades, a elaboração de cronograma e o levantamento de dados, documentais ou de campo. Com base nessas informações, um fluxograma do processo deve ser elaborado para possibilitar a avaliação do sistema existente, a identificação de pontos críticos de controle (PCC) e a validação das informações. Os PCCs são
980 avaliados em árvores de decisão, identificando medidas de controle e de monitoramento operacional, sejam eles em manancial, reservatório, sistema de tratamento ou rede de distribuição. Um plano de ação deverá ser estabelecido com o objetivo de reduzir o risco associado ao perigo
985 identificado. Um Plano de Emergência e, se o caso, um de Contingência, deverão ser elaborados para oferecer respostas rápidas em ações não planejadas, sejam elas naturais, tecnológicas ou humanas. As ações do plano devem dispor de um cronograma de implantação. O Sr. Mierzwa informou, também, que o relatório apresentado traz diretrizes para a formação das equipes que implantarão o PSA e exemplos de PCCs. O guia apresenta, também,
995 exemplos de planos de ação para acompanhamento de PCCs. Destacou que o PSA é uma ferramenta dinâmica e que busca o aprimoramento contínuo das ações necessárias para garantir a qualidade da água para abastecimento público, sendo o guia baseado nas diretrizes da
1000 Organização Mundial de Saúde (OMS), que desde 2005 preveem que os sistemas de abastecimento de água proponham estruturas que permitam prever com antecedência possíveis alterações em relação à qualidade da água e consequentemente propor as soluções que visam
1005 reduzir os riscos para o consumidor. O professor explicou que a elaboração do PSA deve seguir 18 (dezoito) etapas descritas no guia, ressaltando, contudo, que não se pretende

Ata da 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 31/08/2020

1010 que seja um modelo rígido, face à necessidade eventual de
adaptá-lo e aperfeiçoá-lo para cada sistema de
1015 abastecimento, considerando os diversos planos e
programas associados à gestão de recursos hídricos e o uso
e ocupação do solo nos municípios. Na sequência, o Sr.
Moretti agradeceu ao Sr. Mierzwa pela apresentação e
abriu para manifestações. O Sr. Sergio Razera agradeceu a
1020 toda a equipe técnica envolvida na elaboração do guia e
reforçou que o objetivo dessa ferramenta é a melhoria dos
sistemas de tratamento de água, passando a ser mais uma
referência para os usuários. O Sr. Moretti ressaltou que a
elaboração do guia se fundamenta na Política de Saúde
1025 Ambiental dos Comitês PCJ, e que, após aprovação, será
disponibilizado para *download* no sítio eletrônico da
Agência das Bacias PCJ. Na sequência, abriu a palavra
para manifestações dos presentes. Não havendo
manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta
1030 de Deliberação dos Comitês PCJ nº 335/20, de 31/08/2020,
que aprova o Guia Prático para Desenvolvimento de Planos
Municipais de Segurança da Água, a ser divulgado aos
operadores do Sistema de Abastecimento Público de Águas
localizados nas Bacias PCJ, sendo aprovada por
1035 unanimidade. **3.7. Aprovação da Minuta de Deliberação
dos Comitês PCJ nº 336/20, de 31/08/2020 que elege e
empossa o 1º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL.** O Sr.
Moretti informou que o Sindicato das Indústrias
Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de
1040 Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva (SINMEC), por
meio do Ofício SINMEC nº 03/2020, datado de
19/06/2020, informou sobre a exclusão do Sr. José Maria
do Couto como seu representante no plenário do CBH-PJ1.
Informou que, de acordo com o Art. 15 do Regimento
1045 Interno do PCJ FEDERAL, os ocupantes dos cargos de
Diretoria não poderão ser substituídos por seus suplentes
no exercício dessas funções cabendo, caso haja vacância
em qualquer dos cargos, a realização de nova eleição, no
prazo máximo de 60 (sessenta) dias, pelo respectivo
segmento, para o preenchimento da vaga em questão.

1050 Informou, também, que o cargo de 1º Vice-presidente do
PCJ FEDERAL é vinculado à Presidência do CBH-PJ1,
conforme disposto na Deliberação dos Comitês PCJ nº
109/11, de 31/03/2011, que estabelece que estas funções
sejam exercidas pela mesma pessoa. Por fim, o Sr. Moretti
informou que considerando que a Secretaria Executiva dos
Comitês PCJ foi informada dos termos do Ofício SINMEC
nº 03/2020 em 02/07/2020, conformou-se, assim, prazo até
1055 31 de agosto de 2020 para realização da eleição prevista no
Art. 15 do Regimento Interno do PCJ FEDERAL. Na
sequência, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Damião
Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal
de Toledo/MG e presidente em exercício do CBH-PJ1, que
informou que, em acordo com os conselheiros do CBH-PJ1,
1060 mantém a indicação de seu nome para o cargo de 1º Vice-
presidente do PCJ FEDERAL. O Sr. Sidney José da Rosa,
representante da Associação de Agricultura Orgânica e
Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS) e secretário-
executivo do CBH-PJ1, manifestou sua concordância com
1065 a indicação do Sr. Damião para o cargo, certo de que
desenvolverá um bom trabalho. Na sequência, foi aberta a
palavra para manifestações dos presentes. Não havendo
manifestações, o Sr. Moretti submeteu à votação a minuta
de Deliberação dos Comitês PCJ nº 336/20, de 31/08/2020
1070 que elege e empossa o Sr. Damião Aparecido do Couto
como 1º Vice-Presidente do PCJ FEDERAL, sendo
aprovada por unanimidade. **4. Considerações finais.** O Sr.
Moretti passou a palavra para o Sr. Marco Antonio dos
Santos, presidente em exercício do CBH-PCJ, que
1075 agradeceu a participação de todos e parabenizou o Sr.
Damião Aparecido do Couto pela eleição como 1º Vice-
presidente do PCJ FEDERAL, assumindo, assim,
interinamente, as funções de presidente deste colegiado,
tendo em vista o atual afastamento do Sr. Barjas Negri do
1080 cargo. **5. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr.
Moretti agradeceu a presença de todos e deu a reunião por
encerrada.

MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Presidente em exercício do CBH-PCJ

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Presidente em exercício
do CBH-PJ1 e do PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Secretário-executivo
do CBH-PJ1